

A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA NA SOCIEDADE MODERNA E A FORMAÇÃO DO LEITOR CRIANÇA NO BRASIL

Déborah de Paula Areias¹

A representação de infância em uma perspectiva iconográfica, até por volta do século XII, ainda era débil, ou praticamente inexistente. Essa constatação se deve ao fato de que durante esse período histórico, ainda não havia um reconhecimento social ou mesmo uma concepção da infância. Em obras artísticas, muitas vezes as crianças eram representadas como adultos em uma escala menor, ou seja, elas não recebiam um olhar de atenção ou cuidado. Dessa maneira, pode-se inferir que esse estágio da vida era visto como um período transitório, uma fase que logo seria superada, a espera de algo maior.

No século XIII, a representação da criança em obras de arte começa a aparecer com a imagem do Menino Jesus e da Virgem Maria, em uma perspectiva tenra, delicada, pura, mas, ainda representada como um adulto em miniatura. O menino Jesus sempre trazia consigo algum tipo de veste que cobrisse seu sexo, desenvolvendo uma espécie de visão sagrada da infância. Surgiria, então, alguns traços de um olhar sobre a infância sendo representada como algo gracioso, ingênuo e indefeso, mas limitando esse sentimento apenas a imagem do menino Jesus até por volta do século XIV. Importante lembrar que a temática da infância da Virgem Maria também foi inspiradora em duas perspectivas: seu nascimento e sua formação educacional. Nesse sentido, estava sendo formada uma nova iconografia que representava múltiplas crianças santas e indefesas na companhia de suas mães, que também carregavam consigo elementos divinizados.

Já nos séculos XV e XVI, pode-se notar uma representação maior das crianças de algumas pinturas. Ela apareceria freqüentemente no colo de sua mãe, junto de sua família, em alguma atividade de aprendiz ou até mesmo assistindo circuncisões, martírios e ritos litúrgicos. Note-se que até esse período de tempo, a criança ainda não apareceria sozinha nessas produções, tanto na pintura, quanto na tapeçaria e escultura.

No século XVI era constante o aparecimento do retrato de crianças mortas. O nível de mortalidade infantil até esse período de tempo era sempre favorável e significativo, visto as condições de higiene e alimentação que as crianças viviam. Esse

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsa Prociência UERJ/FAPERJ

fato não estava próximo ao que, nas sociedades modernas, se assemelharia com desespero ou perda irreparável, mas sim, como algo triste, mas eventual.

A infância, por ser vista como uma espécie de “sala de espera” para o mundo adulto era tratada como uma fase da vida fugaz e transitória. Somente no século XVII, a criança passou a ser representada sozinha, na tentativa de guardar alguma recordação desse período:

Cada família agora queria possuir retratos de seus filhos, mesmo na idade em que eles ainda eram crianças. Esse costume nasceu no século XVII e nunca mais desapareceu [...]. Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição (ARIÈS, 1979: 61-65.)

A partir dessa breve análise sobre o aparecimento da infância, podem-se inferir algumas questões. É inegável que o sentimento² de infância tenha iniciado no século XIII e se desenvolvido ao longo dos anos, especialmente no final do século XVI até o XVII. Além disso, pôde-se constatar que o mundo infante estava freqüentemente misturado com o do adulto e que a idéia *separatista* do mundo adulto e mundo da criança é recente, característica do mundo moderno.

Desse modo, investiga-se como essa concepção se solidificou na sociedade brasileira a ponto de receber uma produção literária produzida especialmente para essa categoria da vida. No Brasil, pode-se observar, que a o reconhecimento da criança como instância de vida foi fundamentalmente influenciada por meio da colonização portuguesa. A primeira idéia de infância estava calcada em uma perspectiva de que a criança era uma tabula rasa, modelável a qualquer processo educativo. A educação jesuítica no período colonial se pautava na idéia de que a criança se aproximava constantemente da imagem do menino Jesus, carregando ainda a idéia da *criança-santa*, como visto anteriormente. Seguindo essa perspectiva, infere-se que a criança, por não ter seus valores e práticas concretizadas, é vulnerável a qualquer tipo de atuação, como afirma Farias:

A criança ainda não se tinha corrompido pela *selvajaria*, pelas *impurezas* daquela vida *sem regras sociais* (conforme os padrões europeus), era preciso garantir sua pureza, a sua moral, mesmo que para isso ela precisasse ser retirada da família (FARIAS, 2005:17.)

² Aqui cabe salientar que esse *sentimento* de infância não significa necessariamente afeição, mas sim um reconhecimento dessa instância da vida, com suas peculiaridades específicas.

Já no período escravocata, a figura paterna se solidifica como autoridade inflexível. Nesse contexto surgem duas visões antagônicas de infância: a criança da casa-grande e a criança escrava. O primeiro modelo ainda era limitado à idéia da criança-santa, *anja*, pura e ingênua, até os cinco anos de idade. Logo após esse período de tempo, o sentimento de repúdio, indiferença e desamparo retornavam sobre a imagem do *menino-diabo*, que costumava *andar pela fazenda inventando traquinagens, correndo, brincando, judiando dos animais e dos moleques* (Ostetto, 1995). Observa-se a seguir o aparecimento do adulto em miniatura a partir dos nove ou dez anos. Nessa faixa etária, as crianças assumiam uma postura que hoje pode nos parecer precoce, mas caracterizavam-se com roupas e costumes de adultos, sempre impostos por seus pais ou responsáveis. Nesse processo de maturação prematuro, a vida sexual também se iniciava, no qual Os meninos eram incentivados a ter relações sexuais com escravas e prostitutas e as meninas se casavam muito cedo. A instrução educacional ficava sob responsabilidade dos seus pais / responsáveis:

Quanto à educação, além das escolas jesuíticas, a criança da casa-grande recebia alguma instrução na própria residência, onde era reservada uma sala para o ensino das primeiras letras. Ao mestre particular ou ao capelão cabia essa função de instruir ao mesmo tempo em que disciplinava (FARIAS, 2005:41.)

Por outro lado, a criança escrava tinha a função de *distrair* a criança da casa grande. Para isso, assumia diversas caricaturas: transformavam-se em brinquedos, animais de estimação, objetos, entre outros. Logo que nascia, lhe era tirado o direito de amamentação e cuidados maternos:

A criança negra era uma personalidade anulada no meio social; ela assava a ser “algo”, às vezes “alguém”, tomando sempre como referencial outras personalidades que interferiam na sua realidade. Em relação aos pais, era o filho parido, ao senhor da casa-grande, o futuro escravo adulto (FARIAS, 2005: 42.)

Passada o estágio da primeira infância, a criança escrava era introduzida imediatamente no mundo do trabalho, sendo-lhe impostos valores e doutrinas que a fizessem reconhecer sua condição social. Além disso, a instituição *família negra* era praticamente inexistente, pois o sistema escravocata dissociava, ao máximo, sua constituição.

Tendo em vista o exposto, pode-se observar que a criança sempre ocupou um papel secundário na constituição social, distante de qualquer reconhecimento intelectual, de sujeitos que são capazes de produzir história e conhecimento. Dessa forma, é perceptível que o sentimento de infância muitas vezes parece estar encerrado em seu período histórico. Contudo, ele é constantemente reconstruído, reinventado e revivido em diversas instâncias sociais.

Ao definir campos com a terminologia infantil, entende-se que se refere a uma denominação social, marcada por traços culturais, que definem a relação das crianças entre si e com os adultos. Ou seja, a infância é uma categoria e uma construção social, em que, assumindo para si um valor social, lhe é esperada determinados comportamentos, ações, práticas e saberes. Assim, ainda que haja produções autônomas das crianças, é bem verdade que essas produções podem vir a ser influenciadas por simbolizações já padronizadas construídas pelo mundo adulto. Sendo assim, a categoria social *infância* é uma construção social do adulto, que lhe inculca valores, determinações e discursos.

Por outro lado, ao mencionar obras de crianças, provavelmente poderá se imaginar alguma produção feita pelas próprias. A criança como sujeito histórico-social carrega em si bastantes traços considerados infantis, pois está inserida em um contexto que lhe padroniza e lhe estabelece valores e regras. Como afirma Gouvêa,

Mesmo sendo um sujeito ativo no processo de socialização, a criança tem uma peculiaridade, advinda de seu lugar no mundo social. Nas interações com os adultos, mediadas por produtos culturais a ela dirigidos, a criança recebe, significa, introjeta e reproduz valores e normas tidos como expressões da verdade. (GOUVÊA, 2007: 21.)

Dessa forma, faz-se um levantamento de como se desenvolve a ideologia da formação do leitor criança no Brasil na primeira década do século XX. De acordo com Arroyo (1968), o surgimento da literatura infantil no Brasil ocorreu na transição do século XIX ao XX. No Brasil, em um período datado no final do século XIX, os ideais republicanos começavam a ascender, prometendo desconcertar as falhas educacionais deixadas pelo período Imperial. Na República, são instauradas medidas educacionais para a reformulação da instrução pública³, em todos os seus segmentos (primários e secundários) e trazendo sempre questões relacionadas à utilização do livro didático e a carência de livros literários para crianças e jovens. Além disso, já na primeira década da

³ Aqui, podem-se citar escolas como, Colégio Pedro II e a Escola Normal do Distrito Federal.

República, 1910, existe uma defasagem considerável na cultura escolar, pois nem 5% da população se encontravam matriculada nas escolas. Isso acontecia porque as promessas republicanas de melhoria das escolas não foram cumpridas, ou seja, a quantidade de verba que deveria ter sido destinada para a implementação de uma efetiva política educacional, não aconteceu. Além disso, as dificuldades para a formação dos leitores não se restringia somente na precariedade física da escola, mas envolvia, também, a má formação dos professores, a centralização do conhecimento, a rigidez, a monotonia, entre outros aspectos. Dessa forma, questiona-se como e quando surge a produção de livros específicos de crianças ou infantil.

Pensar sobre o aparecimento da literatura infantil não é somente enumerar quais os livros pioneiros destinados à criança. É entender que os livros eram, também, revestidos de um caráter pedagógico, moralizante e normativo para endossar valores e comportamentos de uma sociedade burguesa ainda em formação. Nesse momento, a criança passa a assumir um novo papel na sociedade, não como um sujeito produtor de conhecimento, mas como uma categoria consumidora de artefatos culturais, dentre eles, o livro.

A produção de livros voltados para crianças começa a aparecer quando, preocupado com a valorização da organização escolar, o sistema republicano lança diversas campanhas a favor da instrução, conscientes de que o saber é uma ferramenta de grande valor no novo modelo social. Através disto, a produção de um sistema literário que possa subsidiar as crianças nas escolas se torna motivo de grande atenção e preocupação: *Nesse clima de valorização da instrução e da escola, (...), desponta a preocupação generalizada com a carência de material adequado de leitura para crianças brasileiras* (LAJOLO & ZILBERMAM, 1984:28). A prática da leitura enquanto ferramenta da formação de um cidadão fica a cargo da instrução escolar.

Intelectuais como Figueiredo Pimentel e Carlos Jansen começam, então, a traduzir e adaptar obras européias para as crianças brasileiras. Eles fizeram circular no Brasil, em um período a partir de 1880, obras como: *Robinson Crusóé* (1885), *Viagens de Gulliver* (1888), *D. Quixote de La Mancha* (1901), por Jansen, e *Contos da Carochinha* e *Histórias da Avozinha*, por Pimentel, entre outros. Outro importante intelectual que merece destaque neste trabalho é João Ribeiro que, em 1891, traduziu *Cuore*, de De Amicis.

Contudo, essas obras, ao serem traduzidas e adaptadas ainda traziam consigo muitas características de suas origens, desenvolvendo uma grande distância entre a obra

e a língua materna dos brasileiros. Principalmente entre as crianças, não havia alguma cumplicidade entre o texto e elas, fazendo-se necessário a criação de uma original literatura infantil brasileira:

Dentro desse espírito, surgiram vários programas de nacionalização desse acervo literário europeu para crianças.

O primeiro deles dá-se através de diferentes (e progressivas) formas de adaptação, tal como ocorre com os dois projetos editoriais que, praticamente, abrem e fecham o período: 1894, como seus *Contos da Carochinha*, o famoso Figueiredo Pimentel, (...) inaugura a coleção Biblioteca Infantil Quaresma (...) fazendo circular, entre a infância brasileira, as velhas histórias de Perrault, Grimm e Andersen (LAJOLO & ZILBERMAM, 1984: 31.)

Surgem, então, edições de vários autores brasileiros para a literatura infantil. Pode-se citar: *Contos Infantis* (1886), de Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira, *Livro das crianças* (1897) publicado por Zalina Rolim, Olavo Bilac e Coelho Neto com *Contos Pátrios* (1904), *Através do Brasil* (1910), de Olavo Bilac e Manuel Bomfim.

Válido ressaltar que, a maior parte dessas produções foi inspirada, ainda, nos moldes europeus de educação e comportamento. Eram muito fortes, nesses livros a presença do patriotismo, dedicação, obediência, respeito à família e aos mais velhos como meios de formar o pequeno cidadão. O livro *Le tour de La France par deux garçons* (1877), de G. Bruno foi uma das grandes inspirações para Olavo Bilac e Manuel Bomfim produzirem *Através do Brasil*. Ambas as histórias narram o percurso de dois jovens que vão cruzar o país em busca de um parente ainda vivo, se relacionando com diversos tipos de pessoas e cultura. Abaixo, segue um fragmento do livro *Através do Brasil*:

Agora, os viajantes, depois de subir uma pequena ladeira, chegaram a um tabuleiro alto, pequeno e extenso, por onde a estrada seguia quase em linha reta. A subida fora por um terreno áspero, avermelhado, semeado de pedrinhas brancas, alisadas e redondas, como as que forram o leito dos rios (...). Os animais marchavam num passo seguro e igual: e o bater das ferraduras no chão duro produzia um ruído cadenciado. (BILAC; BONFIM, 1910: 86 – 87.)

Dessa forma, pode-se perceber que nesses conteúdos, encontram-se fortemente sentimento de valorização do país, civismo, brasilidade, feitos heróicos, entre outros. As obras destinadas a crianças durante este período estavam bastante voltadas em fazer da prática da leitura um instrumento de difusão do civismo e patriotismo. Importante notar que essas obras destinadas a crianças eram assim consideradas não por se utilizarem de

um linguajar infantil ou tratem de temáticas consideradas infantis, mas por terem em suas descrições, como personagens principais, crianças modelares, ou seja, obedientes, inteligentes e que respeitam e amam sua pátria.

Ao lidar com a infância como uma categoria social que tem suas demandas, a produção de livros toma outra perspectiva: um bem de consumo e ferramenta para o futuro cidadão. Nesse ponto, a criança é constantemente vista como um indivíduo que virá a ser e não como um ser que é. Ou seja, nas obras infantis era bastante comum encontrar narrativas voltadas para uma espécie de preparação para a vida posterior à infância, envolvendo comportamentos, obediência, respeito, e não, necessariamente, com o quê a criança vive no que é característico da sua fase.

Por último, cabe salientar que não se deve analisar as obras literárias sem antes contextualizá-las em um período histórico-social. Ao entender que o escritor está inserido em um contexto social e cultural, infere-se que ele transmite para o papel o momento em que a sociedade vive, refletindo sua concepção de mundo para o público leitor. Para entender o presente, necessita-se retornar aos acontecimentos passados, e, por isso, entende-se que, se hoje existe uma produção de literatura infantil em grande número, deve-se também analisá-la de forma que ela não se encontre alheia aos acontecimentos sociais, mas, pelo contrário, influi diretamente na constituição social, seja do ponto de vista do consumo ou, também, na formação crítico-cidadã.

Referências

- ARIÉS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ARROYO, Leonardo. *Literatura Infantil Brasileira* / Leonardo Arroyo. – São Paulo : Melhoramentos, 1968.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites*. In LOPES, A; FILHO, L. M. F. e FERNANDES, R. (Orgs.) *Para a compreensão história da infância*. – Belo Horizonte : Autêntica , 2007.
- LAJOLO, Marisa. *A formação da leitura no Brasil* / Marisa Lajolo, Regina Zilberman. – São Paulo : Ática, 2003.
- LAJOLO, Marisa. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. Marisa Lajolo, Regina Zilberman. – São Paulo: Ática, 1984.
- LYONS, Martyn. *Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças operários*. In CHARTIER, R. CAVALLLO, G. (Org.) *História da Leitura no mundo Ocidental*. – São Paulo: Ática, 1989.

OSTETTO, Luciana. Imagens da Infância no Brasil escravocata. *Perspectiva*, Florianópolis, n. 16, p. 133-168, 1991.

SILVA, Márcia Cabral da. *Leitura: história e histórias*. In Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Cursos da Casa da Leitura. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009, p.49-62.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos. (Org.) *Educação da Infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005